



Seminário 10 Anos de Ações Afirmativas: Conquistas e Desafios

A democratização da educação superior no Brasil tem nas ações afirmativas um marco jurídico e político de grande importância. Além de ampliar o acesso de parte da população historicamente excluída desse nível de ensino, as ações afirmativas expressam vitórias e conquistas dos movimentos sociais brasileiros, em particular dos movimentos negro e indígena.

Para comemorar a aprovação das ações afirmativas no STF e a regulamentação da Lei de Cotas, sancionada pela presidente Dilma Rousseff, foi realizado o Seminário *10 Anos de Ações Afirmativas: Conquistas e Desafios* durante a Semana da Consciência Negra, em novembro de 2012. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), que, juntamente com a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), é pioneira na adoção de cotas, acolheu o evento.

O seminário foi organizado pela FLACSO-Brasil em parceria com o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da Uerj, que desde o início dos anos 2000 atuou na promoção das ações afirmativas, coordenando o Projeto Políticas da Cor (PPCOR), financiado pela Fundação Ford para apoiar iniciativas em todo o país. A Comissão Acadêmica do Seminário foi composta pelos professores André Lázaro (FLACSO e Uerj), Ângela Paiva (Nirema/PUC-RJ), Elielma Machado (Nirema e Uerj), João Feres Júnior (Gema/lesp/Uerj) e Rosana Heringer (UFRJ), com a colaboração do professor Antonio Carlos Souza Lima, do Museu Nacional/UFRJ.

O seminário foi encerrado com uma sessão solene presidida pelo diretor da FLACSO-Brasil, professor Pablo Gentili, quando foi feita a entrega da Ordem Latino-Americana a personalidades que se destacaram nas lutas pela democratização da educação superior no Brasil. Foram homenageados a professora Nilcéa Freire, atual representante da Fundação Ford no Brasil, ex-reitora da Uerj na época da implantação das cotas e ex-ministra de Políticas para as Mulheres nos governos Lula, Frei David Raimundo dos Santos, criador do Educafro e militante das ações afirmativas, e Mário Theodoro Lisboa, pesquisador do Ipea e atualmente secretário-executivo da Secretaria de Políticas

de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Os homenageados têm em comum uma história de lutas pela justiça, pelos direitos humanos e pela igualdade na sociedade brasileira.

Participaram dos dois dias do seminário mais de cem pessoas, de todas as regiões do País, entre as quais gestores de instituições públicas de educação, pesquisadores e representantes de movimentos sociais. Vale destacar a significativa participação de profissionais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. A iniciativa teve por objetivo fortalecer a adoção de ações afirmativas pelas instituições públicas de educação e promover o diálogo entre universidades, institutos, pesquisadores e movimentos sociais, principais atores comprometidos com o bom encaminhamento dessas políticas.

Para alcançar essa meta, o seminário contou com três mesas de trabalho, realizadas na tarde do dia 21 e durante todo o dia 22 de novembro, que trataram dos temas acesso, políticas de permanência e monitoramento das ações afirmativas. Os integrantes de cada mesa dispunham de dez minutos cada um para sua exposição, e o tempo restante foi dedicado às intervenções dos participantes, todos convidados do tema e envolvidos em sua implantação. O formato do evento, que garantiu que todos tivessem condições de expor suas ideias e propostas, foi um dos fatores de sucesso do encontro.

O Ministério da Educação (MEC) enviou um representante, assessor do ministro que tem se dedicado ao tema das políticas de ações afirmativas. Thiago Thobias trouxe a palavra do ministro Aloizio Mercadante, reiterando seu empenho em garantir condições para que todos os estudantes beneficiados pela Lei de Cotas possam alcançar a universidade e cursá-la com sucesso e que se comprometeu a levar ao Ministério as observações do seminário.

Na mesa em que analisou o tema do acesso foi destacada a necessidade de se acompanhar os procedimentos adotados pelas instituições de educação superior que têm implantado ações afirmativas. Segundo o estudo apresentado pelo professor João Feres Júnior (Grupo de Estudos Multidisciplinares das Ações Afirmativas – Gema – do lesp/Uerj), é possível observar que, antes da implementação da lei federal, das 98 instituições públicas (federais e estaduais) de educação superior, 70 já adotavam ações afirmativas; e o critério de ter cursado ensino médio em escola pública era utilizado por 60 dessas instituições. No entanto, verifica-se que em muitas delas as ações afirmativas para jovens negros, de baixa renda, indígenas, estudantes de escolas públicas, entre outros grupos, são posteriormente submetidas a regras, como as notas de corte, que acabam por reduzir de fato a ocupação das vagas previamente destinadas ao acesso daqueles jovens à educação superior.

Aprofundou-se, nesse campo, o debate sobre a questão indígena. Ao longo da década passada, muitas instituições tomaram iniciativas para promover o acesso de indígenas. No entanto, o texto da Lei 12.711/12 determina que a reserva de vagas seja feita "na proporção" de pretos, pardos e indígenas, ou seja, como entendeu o Ministério da Educação, uma única cota para os três grupos. Desse modo, os estudantes indígenas ficarão em desvantagem, pois concorrerão com contingente muito mais numeroso, composto por pretos e pardos.

Os Cadernos de Pensamento Crítico Latino-Americanano constituem uma iniciativa do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) para a divulgação de alguns dos principais autores do pensamento social crítico da América Latina e do Caribe. São publicados mensalmente nos jornais *La Jornada* do México e *Página 12* da Argentina e nos *Le Monde Diplomatique* da Bolívia, Chile, Colômbia, Espanha, Peru e Venezuela. No Brasil, os Cadernos do Pensamento Crítico são publicados em parceria com a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) na Revista Fórum.

CLACSO é uma rede de 300 instituições, que realizam atividades de pesquisa, docência e formação no campo das ciências sociais em 28 países (www.clacso.org).

FLACSO é um organismo internacional, intergovernamental, autônomo, fundado em 1957, pela Unesco, que atua hoje 17 Estados Latino-Americanos (www.flacso.org.br).

A questão indígena não pode ser vista sob o aspecto da densidade demográfica, argumentam lideranças e estudiosos dos temas indígenas. As condições legais e culturais dos povos indígenas – propriedade coletiva da terra, uso da língua materna na educação, cosmologias próprias – fazem com que as políticas de ações afirmativas desses povos não possam ser a aplicação mecânica da legislação recentemente aprovada. Essa mesma legislação autoriza as instituições de educação superior a adotarem ações específicas para os povos indígenas, levando em conta suas tradições culturais, uso da língua, decisão coletiva da comunidade quanto a cursos e candidatos. Ainda que sejam apenas 0,4% da população brasileira, segundo o Censo de 2010, os povos indígenas são mais de 260, falantes de 180 línguas distintas e responsáveis por terras que abrangem 13% do território nacional. Como observou a professora Ana Gomes, da UFMG, são necessários arranjos institucionais entre as universidades para discutir a questão indígena. É importante criar programas que possibilitem a circulação de conhecimentos de outros sistemas de conhecimento. A professora Carmen Lúcia, da UFMT, lembrou que um programa como o PET Conexões de Saberes, direcionado aos indígenas, é fundamental, pois estimula pesquisas voltadas para suas comunidades.

Na mesa sobre políticas de permanência, o professor Écio Portes observou que a assistência estudantil ainda não se consolidou como política pública nas universidades, apesar dos avanços recentes, como a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Ponderou que é preciso desnaturalizar a ideia do mérito, que é usada para desqualificar os estudantes que não provêm das classes a que a maioria dos professores está habituada. Um aspecto pouco considerado quando se analisam as ações afirmativas é a experiência subjetiva dos estudantes. Ao lado do apoio material – bolsas de permanência, acesso a moradia, restaurante universitário, materiais didáticos –, foi apontada a necessidade de se formularem políticas que visem a garantir condições de acolhimento e apoio psicopedagógico para que os estudantes cotistas possam acompanhar os cursos.

O professor Álamo Pimentel, que dirigiu a recém-criada Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da Universidade Federal da Bahia, observou que há um significativo choque entre os estudantes que ingressam pelas cotas e a cultura universitária. Segundo Pimentel, é preciso estabelecer a diferença entre uma pedagogia de conversão e uma pedagogia de conversação. Não se trata de “converter” o aluno a uma cultura institucional fixa e imutável, mas de estabelecer um diálogo que permita ao estudante trazer aspectos de sua experiência para o interior da instituição. Avalia que investir em permanência é investir em formação acadêmica. Outro tema importante é a flexibilização curricular. Exemplos dessa necessidade são as dificuldades com disciplinas como cálculo, nas exatas, e leitura e interpretação de textos, nas humanas.

A professora Sônia Sampaio, também da UFBA, relatou os estudos que estão sendo realizados pelo Observatório da Vida Estudantil. A pesquisa trabalha com o conceito de orientação acadêmica – que não é sinônimo de orientação pedagógica. O objetivo é elaborar um modelo de orientação acadêmica para sensibilizar os professores para a importância de orientar os alunos e incluí-los nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, pois mesmo os que não entram pelas ações afirmativas carecem dessa orientação. Outro aspecto que deve merecer atenção nas políticas de permanência são as condições de funcionamento dos cursos noturnos, que costumam receber o estudante trabalhador, cujas condições de vida diferem bastante dos padrões a que as instituições estão habituadas.

As diferenças que os estudantes das ações afirmativas trazem para as instituições não podem ser simplesmente hierarquizadas, como se fossem eles “os que não sabem”. Como observou a conselheira do Conselho Nacional de Educação e professora da UFMG Nilma Lino Gomes, deve-se tomar cuidado para não se encarar o aluno como aquele que não sabe, mas vê-lo como alguém que porta um outro saber, uma outra forma de construção de identidade. Há saberes estético-corpóreos distintos. Junto com a justiça social e racial, deve-se pensar a justiça cognitiva.

A permanência dos estudantes que acessam as instituições pelas ações afirmativas ainda enfrenta antigos desafios da sociedade brasileira. Diversos participantes chamaram a atenção para casos de preconceito e racismo registrados em muitas instituições, o que contribui para tornar mais complexa e desafiadora a nova experiência que vivem os estudantes cotistas. Foi reiterada a recomendação de que se instituam ouvidorias nas universidades e escolas técnicas como modo de apurar e coibir esses procedimentos.

Como observou Gleidison Alvez Pantoja, do Fórum Nacional da Juventude Negra, a universidade pode ser assustadora para o aluno cotista, pois, em geral, ele é o primeiro da sua família a entrar na universidade e não sabe o que esperar. Traz uma visão conservadora da universidade, que vem da sua família. Outro motivo é a visão estigmatizante que recai sobre os cotistas, que existe e não deve ser negada.

Na mesa sobre monitoramento das políticas de ações afirmativas, foi destacada a necessidade de estabelecer um conjunto de parâmetros na coleta das informações do Censo da Educação Superior, o qual favoreça a observação dos resultados acadêmicos das ações afirmativas. Algumas instituições, como a Universidade Federal de Santa Catarina, em relato feito pelo professor Marcelo H. R. Tragtenberg, já conseguem fazer um acompanhamento desde o ingresso dos estudantes até a fase posterior à conclusão do curso. No entanto, a maioria dos pesquisadores afirma encontrar dificuldades no acesso aos dados, visto que algumas instituições alegam ter de manter o sigilo dos dados a fim de preservar a identidade dos cotistas. Foi feita recomendação para que o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em parceria com instituições e pesquisadores, avalie as alterações que se impõem para se promover o monitoramento.

A professora Elielma Machado relatou a pesquisa desenvolvida em parceria com a professora Angela Paiva no Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente (Nirema), da PUC-RJ, envolvendo mais de 20 universidades e 5 mil questionários. Segundo a pesquisa, pouco mais da metade dos entrevistados sabe o que são as ações afirmativas, mas mesmo entre esses, poucos são os que conhecem seus objetivos. No debate, foram relatadas experiências em que as instituições, por meio de programas de extensão, promovem amplo diálogo com estudantes do ensino médio visando à difusão de informações sobre as ações afirmativas, o tema das cotas e o debate sobre a segregação racial no Brasil.

Durante o debate, destacou-se que os temas da evasão e da assistência estudantil ganham força com base nas políticas de ações afirmativas. Como notou a professora Fernanda Cruz, da Unifesp, as instituições devem divulgar todos os dados, não apenas os dos cotistas, de modo a permitir que a sociedade acompanhe as políticas de educação superior e seus resultados. E a permanência deve ser pensada como política universal, para todos os estudantes.

Ao final do encontro, os participantes aprovaram um texto intitulado “Carta do Rio”, que resume os principais argumentos e propostas apresentados. Foi feita a sugestão de que sejam criados nos



estados Fóruns de Ações Afirmativas, reunindo instituições, federais e estaduais, participantes do ProUni, pesquisadores e movimentos sociais, com a finalidade de promover ampla troca de informações, avaliação das experiências em curso e fortalecimento das ações afirmativas para a democratização da educação superior no Brasil.

As apresentações, resumos e demais resultados do Seminário *10 Anos de Ações Afirmativas* podem ser conferidos no sítio do Projeto GEA da FLACSO-Brasil:
<http://flacso.org.br/gea/index.php>.

Carta do Rio: Celebrar, consolidar e ampliar as políticas de ação afirmativa

Nós, pesquisadores, gestores e ativistas reunidos no Seminário *10 Anos de Ações Afirmativas: Conquistas e Desafios*, realizado na Uerj, Rio de Janeiro, em 21 e 22 de novembro de 2012, celebramos as políticas afirmativas, em especial aquelas que ampliam o acesso e a permanência de jovens de menor renda, negros e indígenas na educação superior e no ensino técnico de nível médio.

Colocamo-nos na luta pela garantia da educação superior como um direito e pela superação das desigualdades, do racismo, do sexismo, da homofobia e de qualquer forma de discriminação. As ações afirmativas representam um marco na longa trajetória brasileira para ampliar e garantir direitos a parcelas da população que há séculos enfrentam restrições no acesso a oportunidades educacionais. Hoje, em 2012, milhares de jovens e adultos brasileiros negros, indígenas e de menor renda ingressam no ensino superior como resultado de um conjunto de políticas que alcançam as instituições públicas, federais e estaduais, e também instituições privadas por meio do ProUni.

A relevância e a propriedade dessas políticas foram reconhecidas e legitimadas pela histórica decisão do STF, em abril de 2012, que afirmou a constitucionalidade das ações afirmativas e o uso do critério de raça/cor para sua implantação. A sanção pela presidente Dilma, em agosto deste ano, da Lei nº 12.711/2012, que determina a reserva de 50% das vagas das Ifes para estudantes de escolas públicas, considerando os quesitos de raça/cor, é outro fator decisivo para a democratização da educação superior no Brasil.

Essas conquistas do movimento social democrático brasileiro, em particular pela atuação do movimento negro, representam um grande avanço e trazem novos desafios. Nós, participantes do Seminário *10 anos de Ações Afirmativas*, estamos comprometidos para colaborar com o sucesso acadêmico das instituições, grupos e pessoas beneficiadas. Para tanto, destacamos como medidas necessárias:

O País deve considerar a proposta de alcançar o amplo acesso dos estudantes à educação superior como expressão da garantia do direito à educação. As ações afirmativas são um importante caminho e os desafios que apresentam devem ser compreendidos como parte do processo de transformação da instituição universitária e de democratização da sociedade brasileira.

As ações afirmativas destinam-se à criação de oportunidades para estudantes de escolas públicas, os de menor renda, negros e indígenas, em razão de seu pertencimento a grupos historicamente discriminados. Consideramos que as duas naturezas de cotas – sociais e raciais – respondem às condições históricas do País e a implantação de ambas as modalidades exige políticas de permanência, de caráter acadêmico, social e cultural, que devem ser acessíveis ao conjunto dos estudantes que delas necessitem.

O acesso das populações indígenas à educação superior impõe considerações específicas que levem em conta o direito coletivo, o ensino diferenciado, como consta na Constituição, as distintas características de cada um dos mais de 260 povos e os territórios étnico-educacionais onde habitam. É preciso que as instituições de educação superior e de ensino técnico de nível médio estabeleçam políticas que garantam às populações indígenas condições adequadas de acesso, frequência e conclusão dos cursos que elegerem, respeitados seus valores e práticas culturais.

As legislações – federais e estaduais – são a garantia de direitos de acesso de grupos historicamente excluídos. É preciso levar em conta a diversidade local, regional e nacional desses estratos sociais e criar condições para que a nova legislação não tenha efeitos inversos e exclua setores que vinham alcançando condições de acesso a partir de iniciativas pioneiras e originais das próprias instituições; essa situação é particularmente preocupante quanto ao ingresso de indígenas, já que esse processo poderá sofrer retrocessos.

A política de Estado que será anunciada pelo governo federal deverá oferecer condições e flexibilidade para que todos os jovens, cotistas ou não, tenham a garantia de concluir seus cursos com sucesso. Propomos às instituições públicas estaduais e municipais de ensinos técnico e superior, que ainda não adotaram políticas de ação afirmativa, que, no exercício de sua autonomia, criem mecanismos e procedimentos internos à implementação dessas políticas, considerando as experiências existentes.

O MEC, o Inep e as instituições de educação superior – públicas, privadas e comunitárias – devem construir e aperfeiçoar formas de levantamento, sistematização, armazenamento, divulgação e acesso de dados referentes aos seus estudantes a fim de contribuir com estudos sobre o tema e o aperfeiçoamento das políticas.

Cabe às instituições públicas e privadas de ensinos superior e técnico identificar as demandas de seus estudantes, sobretudo aqueles que ingressaram por programas de ação afirmativa, garantindo-lhes o direito a uma trajetória acadêmica de sucesso por meio de recursos para manutenção, apoio psicossocial e pedagógico e oferta de atividades acadêmicas e de caráter cultural que ampliem as vivências dentro do *campus* universitário. É preciso, inclusive, combater firmemente as diversas formas de racismo e discriminação que ainda se manifestam no cotidiano das universidades.

As ações afirmativas são instrumentos fundamentais na luta contra a discriminação racial e étnica, que se reveste de diversas faces, e que está presente e se reaviva diante da implementação das políticas de inclusão e de democratização. Cabe às instituições de educação superior e às redes de educação básica implementar de modo sistemático o que está previsto nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008, sobre as culturas afro-brasileiras e indígenas, como forma de combater o preconceito racial e étnico ainda persistente na sociedade brasileira.

Compete às instituições públicas de ensino superior criar mecanismos de divulgação de seus programas de acesso e permanência junto aos alunos de ensino médio das redes pública e privada, seja através de oficinas, visitas, feiras, internet, mídias, seja por outros meios que possibilitem maior conhecimento e contato prévio com a vida universitária. As escolas de educação básica, em especial as das redes municipais e estaduais, têm responsabilidade na divulgação e no apoio a seus estudantes para que se apresentem aos processos seletivos e exerçam os direitos conquistados.

O Ministério da Educação tem assumido importante papel na adoção de medidas legais. É preciso seguir avançando com a adoção, pelo

Inep, de critérios de coleta de dados pelo Censo da Educação Superior e outros instrumentos afins para viabilizar pesquisas sobre ações afirmativas e políticas de inclusão das populações do campo, quilombolas e indígenas. A Capes deve reconhecer a necessidade de ampliar suas políticas de inclusão e adotar ações afirmativas em seus programas de bolsas de mestrado e doutorado. A Capes, o Inep e o MEC devem estabelecer linhas de financiamento para o estudo das ações afirmativas e o acompanhamento de seus desdobramentos na vida social brasileira.

O sucesso dessas políticas dependerá das contribuições de muitos atores: cabe ao governo federal instituir mecanismos para o monitoramento das políticas e torná-los acessíveis ao público e às instituições interessadas; cabe aos governos estaduais ampliar essas políticas em seu âmbito de atuação; cabe às instituições educacionais gerenciar políticas, programas e ações com vistas a garantir o percurso acadêmico dos estudantes; cabe aos pesquisadores divulgar seus

estudos e recomendações; cabe aos movimentos sociais acompanhar esses processos e promover sua ampla divulgação.

Consideramos que este momento de expansão e consolidação das políticas de ação afirmativa no ensino superior representa um marco na construção da cidadania e na diversificação das oportunidades para uma parcela significativa da população brasileira. Há inúmeras dificuldades que não foram superadas e as ações afirmativas ainda enfrentam preconceitos e incompREENSões que podem colocar em risco as conquistas até aqui alcançadas.

Convidamos a todos e todas que se juntem a nós na alegria da celebração, no empenho pela consolidação e na luta pela ampliação das ações afirmativas em nosso País.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2012.

A Carta foi aprovada por 111 participantes que a subscrevem.



Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior no Brasil

Uma iniciativa para contribuir com a expansão e a democratização do ensino superior no Brasil.

Apoio: Fundação Ford



Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Visite nosso portal www.flacso.org.br

MAPA DA VIOLÊNCIA 2012



CRIANÇAS E
ADOLESCENTES
DO BRASIL



ATUALIZAÇÃO:
HOMICÍDIO
DE MULHERES
NO BRASIL



RELATÓRIOS E ARQUIVOS
PARA DOWNLOAD
www.flacso.org.br